

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petrobras vende operações na Nigéria por US\$ 1,53 bilhão	2
Título: Brasil sobe em ranking de ambiente de negócios	2
Título: O tamanho do desafio do superministério	3
Título: Número de ministérios deve cair à metade	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	8
Título: Redução na prática	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Fusão de pastas leva a especulações e críticas.....	10
Título: Esplanada sob Bolsonaro pode ter corte pela metade de número de ministérios	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Governo prevê 15 pastas e superministério da Justiça	15
Título: Fusão de ministérios divide agronegócio	16
VEÍCULO: Valor Econômico.....	18
Título: Inadimplência do GSF recua em R\$ 3 bi	18
Título: Comissão do Senado aprova multa para corte de energia	20
Título: Bolsonaro terá no máximo 17 ministros e convida Moro	21

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/11/2018****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA****Título: Petrobras vende operações na Nigéria por US\$ 1,53 bilhão**

Com o negócio, estatal sai de sociedade com o BTG para ativos na África

A Petrobras anunciou ontem que se desfez de ativos na África. A Braspetro, subsidiária da estatal, vendeu sua participação de 50% na empresa Petrobras Oil & Gas, que detém ativos na Nigéria. A venda foi feita para a Petrovida, formada pela Vitol Investment, Africa Oil e Delonex, por US\$ 1,53 bilhão. A Vitol é uma empresa holandesa de energia e commodities, que tem como negócio principal o comércio e distribuição global de produtos de energia.

A Africa Oil é uma empresa canadense de exploração e desenvolvimento de petróleo e gás, focada principalmente na África. Já a petroleira Delonex tem atuações no Chade, Quênia e Etiópia. A Petrobras Oil & Gas é controlada pela Petrobras e pelo banco BTG Pactual, com 50% cada. A estatal esclareceu que, do total da transação, US\$ 1,407 bilhão será pago à vista.

Outra parte do pagamento, de até US\$ 123 milhões, será efetuada assim que o processo de reavaliação do campo de Agbami, na Nigéria, for implementado. O BTG havia comprado metade da Petrobras Oil & Gas em 2013 por US\$ 1,5 bilhão, o mesmo valor da operação anunciada ontem pela Petrobras. Na época, o negócio foi alvo de críticas pelo mercado, que considerou o preço baixo, o que a estatal negou.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/11/2018****Seção: Economia****Autor: HENRIQUE GOMES BATISTA****Título: Brasil sobe em ranking de ambiente de negócios**

País conquistou 16 colocações por ser a nação latino-americana que mais fez reformas econômicas no último ano, ultrapassando a Argentina. No entanto, ainda está entre os dez piores em pagamento de impostos

O Brasil foi um dos destaques do “Doing Business 2019”, relatório do Banco Mundial publicado ontem sobre ambiente de negócios em todo o mundo, conquistando 16 colocações. Embora ainda esteja em uma posição relativamente ruim — é o 109º na lista com 190 nações —, foi o país latino-americano que mais fez reformas econômicas, justamente no ano em que o relatório, criado em 2003, apresenta recordes de novas regulamentações em todo o planeta: 314 no último ano.

Assim, o Brasil saltou da 125ª posição, obtida no ano anterior, para a atual. Neste ano, o país aparece no relatório, pela primeira vez, à frente da Argentina, que está dez posições abaixo do Brasil, mas ainda atrás de outros grandes emergentes, como Rússia (31º), China (46º), Índia (77º) e África do Sul (82º).

O ranking é novamente liderado pela Nova Zelândia, seguida de Cingapura, Dinamarca, Hong Kong, Coreia do Sul, Geórgia, Noruega, Estados Unidos, Reino Unido e Macedônia. Na lanterna, estão Venezuela, Eritreia e Somália. “Um total de 25 reformas foi realizado na América Latina e Caribe neste ano. O Brasil foi a economia que implementou mais melhorias, com quatro reformas registradas”, informou o Banco Mundial.

Entre os dez itens avaliados pelo Banco Mundial, no entanto, há grandes diferenças na classificação brasileira. O país está na 40ª posição na facilidade para obter energia elétrica; em 48º na proteção a acionistas minoritários; e na mesma posição no cumprimento de contratos. Por outro lado, está na 184ª posição no pagamento de impostos; em 175º na obtenção de autorização para construção e em 137º para o registro de propriedade.

— Regras justas, eficientes e transparentes são o alicerce de uma economia e um ambiente de empreendedorismo vibrantes. — disse, na apresentação do relatório, o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/11/2018

Seção: Economia

Autor: MARTHA BECK, GERALDA DOCA E JOÃO SORIMA NETO

Título: O tamanho do desafio do superministério

Pasta facilitará gestão de despesas, mas concentrará decisões que vão da casa própria ao cartão de crédito

A criação do superministério da Economia — que reunirá Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) — deve permitir uma gestão mais eficiente das despesas públicas, mas vai concentrar um grande volume de decisões numa única pasta.

Essa é a avaliação de especialistas, integrantes do governo Temer e até economistas que participaram da campanha do presidente eleito, Jair Bolsonaro, ouvidos pelo GLOBO. De acordo com técnicos da área econômica, em alguns aspectos, faz sentido unificar áreas da Fazenda e do Planejamento.

Por exemplo, ao ter em suas mãos o Tesouro Nacional (hoje na Fazenda) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF, hoje no Planejamento), o superministro escolhido por Bolsonaro, Paulo Guedes, poderá, por exemplo, tornar mais fácil a execução do ajuste fiscal.

Hoje as despesas federais são liberadas pelo Planejamento, mas pagas pela Fazenda, via Tesouro Nacional. Com isso, a Fazenda faz uma espécie de controle de boca do caixa para gastos que muitas vezes não estão afinados com seu objetivo fiscal, mas que já receberam sinal verde de outra pasta. O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles chegou a propor a transferência da SOF para o Tesouro, mas a ideia não avançou.

O PESO DO VOTO DE GUEDES

Por outro lado, no modelo atual, a pressão pela liberação de gastos também recai sobre os outros ministros. Com tudo centralizado, o foco será todo no comandante da economia. Ele também será quem vai receber as pressões do setor produtivo, que hoje são direcionadas ao Ministério da Indústria. A nova pasta vai ficar exposta a lobbies por concessão de incentivos e benefícios fiscais.

Também será preciso discutir o papel de órgãos colegiados que hoje têm a participação dos ministros da Fazenda, Planejamento e Indústria. Um exemplo é o Conselho Monetário Nacional (CMN). É nele que são tomadas decisões que afetam o dia a dia do brasileiro: das regras do cartão de crédito ao limite de uso do FGTS para a compra da casa própria. O conselho é formado por Fazenda, Planejamento e Banco Central. Guedes passaria a ter dois votos nas decisões.

A Camex, por sua vez, tem a participação de Fazenda, Planejamento e Indústria. Ou seja, a palavra de Guedes valeria por três. A Camex define políticas de ajustes em impostos de importação para estimular produtos necessários no mercado brasileiro ou proteger o mercado nacional de itens estrangeiros.

Até economistas da equipe de Guedes defendiam que o Planejamento continuasse à parte, porque a nova estrutura ficará “muito pesada”. Terá que passar a cuidar, por exemplo, de patrimônio público e de pessoal.

COMBATE AO 'LOBBY'

Para o economista José Márcio Camargo, extinguir o Ministério da Indústria é positivo porque a pasta é “protecionista” e responde aos pedidos da indústria: —Ninguém consegue abrir a economia brasileira devido a esse lobby. Com a junção com a Fazenda, esse lobby pode ser combatido e diluído.

Para o pesquisador do Ibre/ FGV José Roberto Afonso, a imagem de um superministro pode funcionar durante a campanha, mas, na prática, a situação é outra: —Chamar o posto Ipiranga funciona na propaganda e no debate eleitoral, mas não funciona na hora de se governar a economia, ainda mais quando ela está em profunda crise.

Num país da dimensão do Brasil, não existe um só posto, nem uma só rede. O desafio é colocar para funcionar todos os postos, de todas as redes. Guedes terá sob sua batuta a secretaria de gestão das empresas estatais, além de ter vinculados a sua pasta os principais bancos públicos —Caixa, Banco do Brasil e BNDES.

Segundo os integrantes do governo, será preciso ver como esse poder todo vai se refletir no restante do governo, especialmente na relação com as Forças Armadas. Os militares, que serão fortes no governo Bolsonaro, devem comandar as pastas de infraestrutura, como Minas e energia e Transportes. Assim, as maiores estatais do país — Petrobras e Eletrobras — poderiam ficar a cargo de militares.

Segundo um técnico, será preciso acompanhar para ver senão haverá queda de braço. Para o ex-presidente do BC e sócio da Consultoria Tendências, Gustavo Loyola, o superministério pode funcionar bem se houver coordenação entre as três pastas que passarão a integrá-lo, especialmente a da Indústria: — Tudo vai depender da gestão de Paulo Guedes.

Para Loyola, a Casa Civil poderia ganhar mais peso e até mesmo ser um contraponto ao superministério: —Pelo que entendi, a Casa Civil não terá uma função meramente administrativa, mas também a de fazer a coordenação política do governo.

Também será um superministério. Nesse sentido, a Casa Civil terá a função de viabilizar a agenda do governo no Congresso. Isso vai gerar um contraponto e discussão e, certamente, o presidente terá que arbitrar.

Perguntada sobre a criação do superministério, a diretora de Ratings Soberanos da S&P, Lisa Schineller, disse que a agência não tem visão específica sobre o formato, mas acompanhará as políticas adotadas: —Vamos observar os resultados das iniciativas que foram tomadas. Vamos olhar o cenário completo,

o que é importante para o rating — disse, em referência à nota de crédito do país.

Colaborou Rennan Setti

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/11/2018

Seção: O País

Autor: JUSSARA SOARES

Título: Número de ministérios deve cair à metade

Governo Bolsonaro prepara novas fusões no primeiro escalão, como a incorporação de Cultura e Esporte à Educação e a criação da pasta da Infraestrutura, que será responsável por Transportes, Portos e Aviação Civil

A estrutura do Ministério do governo Jair Bolsonaro (PSL) já está quase toda montada. Até agora, segundo interlocutores da equipe do presidente eleito, o organograma tem 15 pastas, o que significa uma redução de quase 50% das atuais 29 da gestão de Michel Temer (MDB). De acordo com informações de aliados, o número ainda pode chegar a 17 antes do anúncio oficial. Para enxugar o tamanho do atual Ministério, haverá pelo menos mais quatro fusões, além do já anunciado “superministério” da Economia, que abrigará Planejamento, Fazenda e Indústria Comércio, e a possível união de Agricultura e Meio Ambiente, que ainda divide o entorno de Bolsonaro. O organograma foi discutido na terça-feira, durante a primeira reunião, após a eleição, do presidente eleito com sua equipe. Uma das mudanças será a criação de outro “superministério”, o da Infraestrutura, englobando Transporte, Portos e Aviação Civil.

A pasta de Minas e energia, no entanto, não fará parte da estrutura, como chegou a ser cogitado, e continuará à parte. Segundo o vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, a pasta responsável por energia, petróleo, gás, mineração e telecomunicações será autônoma por ser estratégica. — Minas e energia está sozinha, será um ministério isolado da Infraestrutura. Essa decisão já está carimbada — afirmou Mourão ao GLOBO, descartando que tenha havido pressão do setor. — É uma atividade estratégica e precisa ter um assessor de nível ministerial mais voltado para ela. Estamos discutindo essas questões de privatizações, como da Eletrobras, e não pode estar no bojo de outras áreas que cuidam de transportes, portos e aeroportos.

CASA CIVIL ENCORPADA

A Casa Civil, que terá como chefe o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEMRS), deverá assumir as atribuições da atual Secretaria de Governo. Na atual administração, a Casa Civil está sob o comando do ministro Eliseu Padilha, enquanto a Secretaria de Governo está a cargo do ministro Carlos Marun. Na nova estrutura, caberá a Onyx acumular as atribuições de fazer a interlocução com o Congresso e também de coordenar as ações estratégicas do Planalto, além de assessorar diretamente o presidente. O deputado federal, articulador político da campanha, disputa com Paulo Guedes, anunciado como futuro ministro da Economia, o posto de homem-forte de Bolsonaro. Outra fusão deve ocorrer no Ministério da Educação, que abará Cultura e Esporte. Já a pasta de Ciência e Tecnologia, para a qual foi confirmado ontem o astronauta Marcos Pontes, deverá ser responsável também pelo ensino superior.

A reacomodação do ensino superior, segundo Mourão, deve-se ao fato de o novo governo querer reforçar o incentivo à pesquisa. — Pesquisa e desenvolvimento estão muito ligados à Ciência e Tecnologia. Tem que aproximar isso, porque nós estamos atrasados na produção de conhecimento e estamos atrasados em inovação, porque a nossa universidade não está produzindo ou, quando produz, é perdido esse conhecimento — disse o militar. Já a pasta de Integração Nacional deve assumir as competências dos atuais ministérios das Cidades e Turismo. A pasta das Cidades é responsável por liberar recursos para as prefeituras e, por isso, a possível extinção tem sido vista com reservas no meio político. — Precisa ver como vai juntar isso, de modo que não fique fora da harmonia que a gente quer — disse Mourão.

Outra proposta, segundo o organograma, é que o Ministério do Desenvolvimento Social assuma as atribuições da pasta de Direitos Humanos. Seguem como ministérios independentes Defesa, Saúde, Trabalho, Relações Exteriores e o Gabinete de Segurança Institucional. O Banco Central deve se tornar independente e perderá a status de ministério. O futuro da Secretaria-Geral da Presidência; Transparência e Controladoria-Geral e a Advocacia-Geral da União ainda está em discussão. A fusão dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente voltou a ser alvo mais uma vez de informações desencontradas. Um dia depois de Lorenzoni ter confirmado a união das pastas, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia, principal conselheiro de Bolsonaro para o agronegócio, negou que haja alguma definição sobre o assunto.

Em entrevista ao “Jornal Nacional”, da TV Globo, ele afirmou que “não tem nada confirmado” e que o presidente eleito “quer ouvir todo mundo antes de tomar uma decisão.” Ontem, a deputada Tereza Cristina (DEM-MS), coordenadora da frente parlamentar da agricultura, a chamada bancada ruralista, disse ver com “preocupação” a decisão e fundir as pastas da Agricultura e do Meio Ambiente. Aliada do presidente eleito, a deputada disse

não ter sido ouvida sobre o tema e destacou ser necessário conhecer de forma mais detalhada a proposta. — Existem os dois lados. Há uma reclamação muito grande dos produtores sobre a nova legislação (ambiental), que é conflitante. Tem a lei federal, estadual e municipal, e o cara não sabe o que vai obedecer. Talvez colocando todo mundo junto pode-se chegar a um denominador comum do que deve ser estabelecido

EQUIPE DE TRANSIÇÃO

Ontem, Lorenzoni entregou a primeira lista de indicados para compor a equipe de transição. Ao todo, 22 pessoas foram indicadas para Eliseu Padilha, mas os nomes não foram divulgados, o que deverá ocorrer em uma publicação do Diário Oficial. O governo eleito tem direito a 50 cargos. Segundo Onyx, os demais integrantes da equipe serão nomeados aos poucos. Na primeira lista, estão contemplados, segundo o deputado, técnicos das áreas de economia e de infraestrutura. Quatro grupos estão indicando nomes para o governo de transição. O economista Paulo Guedes terá direito a um time de 12 pessoas. O chamado grupo de Brasília, integrado por militares e servidores públicos, poderá apresentar até 20 pessoas. Onyx e o advogado Gustavo Bebianno, coordenador da campanha, também farão indicações. (Colaboraram Eduardo Bresciani e Letícia Fernandes)

OPINIÃO DO GLOBO : MISSÃO

A CRIAÇÃO do superministério da Economia dará poderes a Paulo Guedes à altura da missão de colocar sob controle a gigantesca máquina do Estado brasileiro, para ser feito o ajuste fiscal necessário.

O PRESIDENTE eleito Jair Bolsonaro sabe que quem dá a missão dá os meios, como se diz nos quartéis. Mas o poder virá mesmo, ou não, da capacidade de Paulo Guedes de produzir resultados.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/11/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Redução na prática

Será intensa a troca de letras douradas nas paredes dos blocos da Esplanada. O número de ministérios vai cair drasticamente no novo governo do presidente

Jair Bolsonaro. Ontem, após uma nova reunião na casa do empresário Paulo Marinho, no Rio de Janeiro, entre ele, o economista Paulo Guedes e o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), além de outros assessores, ficou acertado que as pastas serão reduzidas de 29 para 15 (Veja abaixo). Pelo Twitter, Bolsonaro comentou que os ministérios “não serão compostos por condenados por corrupção, como foram nos últimos governos”.

Para o cientista político Antonio Celso Alves Pereira, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o corte no número de pastas pode ser positivo. “Reduzir custos é muito importante no país. É preciso racionalizar a máquina pública. Mas não adianta reduzir um ministério a uma secretaria que seja tão grande quanto o antigo ministério”.

As escolhas de pastas que restam denotam a prioridade para o novo governo. O Ministério do Meio Ambiente será incorporado à pasta da Agricultura. Será criado o Ministério da Infraestrutura, no qual se pensou em juntar Transportes e Minas e Energia. Ficará só o primeiro, com mera mudança de nome. O vice-presidente-eleito, general Hamilton Mourão, considera a área energética estratégica, portanto, não quer que esteja ofuscada em uma pasta maior. No caso do Meio Ambiente, essa preocupação está presente na sociedade (Leia texto abaixo), mas não comoveu o novo governo.

O Ministério da Economia reunirá, sob o comando de Paulo Guedes, as pastas da Fazenda, do Planejamento e da Indústria, Comércio e Serviços. O economista Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central (BC), critica a ideia, exatamente por obliterar uma reforma administrativa completa. “Seria importante o Ministério do Planejamento ser mantido e fazer algo que está entre suas atribuições: um estudo detalhado dos cargos e órgãos do governo, para ver o que é realmente necessário”, afirmou.

Junções

O Ministério da Justiça vai incorporar os ministérios da Segurança Pública, a Secretaria da Transparência e do Combate à Corrupção e a Controladoria Geral da União, além do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf), hoje parte da Fazenda. Outra mudança na lista discutida ontem foi a transferência do ensino superior do Ministério da Educação (MEC) para o Ministério da Ciência e Tecnologia, comandado pelo astronauta Marcos Pontes. A ruptura, idealizada com objetivo de ceder espaço à educação básica, pode causar impactos tanto financeiros quanto educacionais.

Miguel Arroyo, professor titular emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em política e educação, diz que a alteração, se efetivada, será um “retrocesso”. “Percebe-se o foco na formação de cientistas,

mas a negligência em relação ao desenvolvimento humano, cultural e político”, analisa. Para o doutor em Educação pela Universidade de Stanford (EUA), a manutenção dos Ministérios da Educação e da Cultura unidos é interessante, mas a integração do ensino superior à Ciência e Tecnologia, não. “Sou a favor de unir cultura e educação, já que são inseparáveis, mas não dá para entender o provável escanteio da parte humana no ensino superior. Creio que haverá forte reação contrária”, explicou.

Na avaliação do diplomata e cientista político Henrique Cardim, é preciso que o novo governo faça um plano completo do que deve ser realizado. “É algo necessário, pois o Estado brasileiro é muito complexo. Juscelino Kubitschek fez o Plano de Metas. O último plano mais completo foi feito no governo de Castello Branco, por Roberto Campos”, afirmou.

* Estagiário sob a supervisão de Leonardo Meireles

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Fusão de pastas leva a especulações e críticas

Minas e energia não será mais unificada com Transportes; presidente da UDR diz que fusão na Agricultura pode ser revista

RIO, BRASÍLIA E SÃO PAULO

A reestruturação de ministérios responsáveis por áreas cruciais da economia do governo Jair Bolsonaro (PSL) colocou em alerta praticamente todos os setores e é marcada por especulação, dúvidas e críticas.

A equipe do novo governo desenhou uma estrutura com 15 ministérios —mas Bolsonaro trabalha com um teto de 17 pastas, e pode alcançá-lo. Fusões propostas já foram descartadas e ainda pode haver recuos de anúncios feitos.

De certo até agora está a criação do superministério da Economia, sob comando de Paulo Guedes, com a fusão de Fazenda, Planejamento e Mdic (Indústria, Comércio Exterior e Serviços).

Oficialmente também nesta quarta-feira (31) foram anunciados, em Brasília, os 12 nomes que irão compor o governo de transição na área econômica.

Fora isso, pelos esboços discutidos pela equipe, Minas e energia e Transportes continuarão pastas distintas, e o plano de um superministério já ficou para trás.

O Ministério de Transportes, que abarca Portos e Aviação Civil, pela proposta, será o de Infraestrutura. Ainda está em discussão, porém, a possibilidade de a nova pasta abrigar Comunicações, hoje em Ciência e Tecnologia.

A Secretaria do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), criada pelo presidente Michel Temer para cuidar de concessões e privatizações, deve ser ligada ao presidente ou mesmo ao vice, general Hamilton Mourão. Hoje, o PPI está vinculado à Secretaria da Presidência.

As informações foram confirmadas à Folha por Mourão.

Ele participou do encontro de terça-feira (30) com Bolsonaro, Guedes, Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e os ex-dirigentes do PSL Gustavo Bebi-anno e Julian Lemos, no Rio de Janeiro.

O esboço da equipe de transição também inclui a fusão dos Ministérios de Meio Ambiente e Agricultura. Porém, o presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que a decisão não foi tomada.

"Não tem nada confirmado sobre a união dos ministérios. Existe a possibilidade de os dois ministérios seguirem separados, como existe a possibilidade da fusão. Não tem nada definido. Pelo menos foi isso que o presidente me disse", afirmou Nabhan após encontro com Bolsonaro.

De acordo com o ruralista, aliado do presidente eleito, a questão só será definida "ao longo de muita conversa, de ouvir os segmentos, ouvir as instituições". "Essa é a qualidade que eu sempre admirei nele: ter a humildade de ouvir todo mundo."

Nabhan também desconversou sobre a possibilidade de ele ser o indicado ao ministério e disse que levou a Bolsonaro a sugestão do nome do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) para a Agricultura.

Segundo ele, Goergen tem a simpatia da classe produtora.

A junção das pastas levou a críticas do agronegócio e de integrantes do atual governo.

"O novo ministério que surgiria com a fusão do MMA [Ambiente] e de Agricultura teria dificuldades operacionais que poderiam resultar em danos para as duas agendas", disse o ministro do MMA, Edson Duarte, em nota.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, também se posicionou contra a fusão. "Lamento a decisão do presidente eleito por entender que isso trará prejuízos incalculáveis ao agronegócio brasileiro!", disse, em suas redes sociais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/11/2018

Seção: Poder

Autor: Talita Fernandes, Julio Wiziack, Daniel Carvalho, Laís Alegretti

Título: Esplanada sob Bolsonaro pode ter corte pela metade de número de ministérios

Esboço em discussão inclui superpastas de Economia, Justiça e Integração; Onyx Lorenzoni indica nomes para equipe de transição

O desenho da Esplanada dos Ministérios do presidente eleito Jair Bolsonaro ganhou contorno s finais nesta quarta-feira (31), indicando uma redução à metade das atuais 29 pastas.

Para efetivar o enxugamento da máquina, os aliados do capitão reformado optaram por realizar fusões de pastas.

Além do superministério da Economia, sob o comando do economista Paulo Guedes, que reunirá as atribuições hoje delegadas à Fazenda, Planejamento e Ministério da Indústria e Comércio Exterior, haverá, por exemplo, as superpastas da Justiça e Integração Nacional.

A pasta da Justiça, oferecida ao juiz Sergio Moro, seria resultado da fusão daquela com as estruturas de Segurança Pública e Transparência e Controladoria-Geral da União. A área social, hoje abarcada em Desenvolvimento Social, seria unificada em um único ministério, que cuidaria também de Direitos Humanos, hoje uma pasta independente.

Educação deve ser fundida com Esportes e Cultura e a coordenação de ensino superior deve ser desmembrada da pasta para Ciência e Tecnologia, cujo ministro foi anunciado nesta quarta-feira (31) por Bolsonaro, o astronauta Marcos Pontes.

O Ministério de Integração Nacional deve ser fundido com outras duas pastas: Cidades e Turismo.

Diante da reação do setor agrícola e ambiental, a equipe de Bolsonaro reavalia a conveniência de fundir as pasta da Agricultura e Meio Ambiente num único ministério.

Minas e energia e Transportes serão pastas distintas, deixando para trás o plano de criação de um superministério que uniria as áreas temas ligados a energia e transportes.

Pelo desenho discutido, a pasta de Transportes, que abarca Portos e Aviação Civil, seria renomeada para Infraestrutura. Ainda está em discussão a possibilidade de que ela abrigue também Comunicações, hoje vinculada à Ciência e Tecnologia.

A secretaria do PPI (Programa de Parcerias em Investimentos), criada pelo presidente Michel Temer para cuidar de concessões e privatizações, deve ser ligada diretamente ao Palácio do Planalto.

Hoje, o PPI está vinculado à Secretaria da Presidência. No governo Bolsonaro, estuda-se passar a estrutura a um vínculo direto à Presidência da República ou mesmo ao vice, general Hamilton Mourão.

O Banco Central, que deve ter autonomia formal, vai perder o status de ministério de acordo com o desenho em planejamento.

Devem manter o status atual 6 dos 29 ministérios: Defesa, Saúde, Trabalho, GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Minas e energia e Relações Exteriores.

Nesta quarta (31), o futuro ministro da Casa Civil, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), entregou ao Palácio do Planalto 22 nomes de assessores que vão compor a equipe de transição do presidente eleito. Ele se reuniu com o atual ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, para dar início oficialmente ao processo de transição.

Segundo Lorenzoni, trata-se de uma primeira lista, com nomes mais concentrados na área econômica e de infraestrutura. A equipe de Bolsonaro pode indicar até 50 nomes para compor a equipe de transição.

“Por enquanto, são 22. Na medida em que os ministros forem nomeados, vão ser trazidos novos técnicos”, disse Lorenzoni, após a reunião.

Os nomes indicados pela equipe de Bolsonaro ainda precisam passar por uma triagem, feita pelo governo atual, para serem publicados no Diário Oficial. O atual governo informou que a lista não será divulgada antes de serem submetidos a uma pesquisa.

A transição começará com uma equipe incompleta. Os principais assessores Bolsonaro tentaram, mas ainda não conseguiram encontrar 50 colaboradores para fazer parte da equipe de transição.

“Não temos a obrigatoriedade de colocar tudo [os 50 cargos] na mesma hora”, disse Lorenzoni. A ideia é começar a transição com menos integrantes no grupo e, depois, nomear outros caso seja necessário. “Não pretendemos usar os 50 cargos”. Duas listas vinham sendo preparadas ao longo da semana.

Liderado pelos militares, o chamado “grupo de Brasília” entregou 25 nomes, boa parte de professores da Universidade de Brasília, como Paulo Coutinho, Antonio Testa e Paulo Kramer.

Também foram indicados Alexandre Iwata, ex-diretor do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) para assuntos ligados a meio ambiente; e, do Corpo de Bombeiros, o coronel da reserva Luiz Blumm (saúde e defesa) e o tenente-coronel Paulo Roberto (educação). Segundo interlocutores da equipe de Bolsonaro, desde segunda-feira, Paulo Guedes ligou para cerca de 40 especialistas que atuaram na elaboração das propostas de governo.

Estarão na equipe Adolfo Saschida, principal assessor de Paulo Guedes e que fez a interlocução como grupo dos militares, e André Marinho, filho do empresário Paulo Marinho que serviu de intérprete na conversa entre Bolsonaro e o presidente dos EUA Donald Trump.

Apesar de não conseguir agrupar 50 integrantes, assessores do presidente Michel Temer afirmam que vinte nomes serão suficientes para a coordenação dos grupos temáticos na transição. O restante serão cargos de secretariado com salários em torno de R\$ 2mil. Caso seja preciso, a Presidência da República já decidiu ceder secretários.

Diversos assessores ligados à Presidência e aos ministérios começaram a ser convocados. Pela parte internacional, já foi designado Hussein Kalout (secretário especial de assuntos estratégicos) e, pela Fazenda, Waldery Rodrigues Junior. Outros nomes, no entanto, podem ser convocados à medida que o trabalho de transição for avançando.

A equipe de Bolsonaro tomará posse dois dias após ser indicada à Casa Civil de Temer. Nesse período terão seus antecedentes checados. Caso haja restrição, não poderão ser empossados. Quem fizer parte, permanecerá no cargo até dez dias depois da posse do presidente eleito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/11/2018****Seção: Notas e informações****Autor: Tânia Monteiro e Constança Rezende****Título: Governo prevê 15 pastas e superministério da Justiça**

Esplanada. Junções deverão ser a tônica da reforma administrativa idealizada pela equipe de Bolsonaro; pasta oferecida a Moro poderá reunir órgãos de combate à corrupção

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), definiu o tamanho e o desenho administrativo dos seus ministérios, já indicando as prioridades que o seu governo terá. Além do superministério da Economia, anunciado anteontem – e que será comandado pelo economista Paulo Guedes –, a ideia é também criar um superministério da Justiça, oferecido ao juiz federal Sérgio Moro. O magistrado deve se encontrar hoje com Bolsonaro (mais informações nesta página).

Ainda há definições a serem feitas, mas as junções de pastas serão a tônica da reforma administrativa tocada pela equipe de Bolsonaro. A redução da estrutura do primeiro escalão foi uma promessa de campanha do presidente eleito. Pelo desenho atual, a gestão de Bolsonaro terá 15 ministérios, o menor número desde o governo de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), que mantinha 16 estruturas.

No fim do governo de Dilma Rousseff, o total de pastas chegou a 39. Ao assumir, o presidente Michel Temer tentou reduzir para 22, mas precisou recuar após enfrentar diversos protestos, como a tentativa de junção da Cultura com a Educação – o que também está nos planos de Bolsonaro. O enxugamento do primeiro escalão do governo na reforma administrativa planejada pela equipe do presidente eleito preocupa setores de áreas como a Educação, que teme redução de verbas orçamentárias.

Técnicos do atual governo lotados nas pastas econômicas avaliam que junção de vários ministérios deve levar mais de um ano para ser concluída e terá uma economia irrisória no gasto com cargos (mais informações na pág. A6). Além da já anunciada fusão entre Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior, a Secretaria de Governo também deve se juntar à Casa Civil, que será comandada pelo deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Inicialmente, o novo governo pensou em unir também Agricultura e Meio Ambiente, o que gerou protestos dos dois setores.

Ontem à noite, Lorenzoni disse que "o presidente ainda não bateu o martelo". No caso do Ministério da Justiça, a ideia é de que ele seja novamente fortalecido, e terá a responsabilidade de cuidar também da Segurança Pública. Assim, se Moro aceitar o cargo, vai comandar a Polícia Federal, hoje subordinada à Segurança Pública. A pasta também deve incorporar a Transparência, Controladoria-Geral da União e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Ensino Superior. Outra mudança importante é a transferência da área de ensino superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia, que terá à frente o astronauta Marcos Pontes, nome confirmado ontem por Bolsonaro. O Ministério da Educação, por sua vez, ficaria responsável pelo ensino fundamental e médio, e receberá ainda a Cultura e o Esporte. Permanecerão separados os ministérios da Defesa, Trabalho, Minas e energia, Relações Exteriores, Saúde e o Gabinete de Segurança Institucional. A pasta dos Direitos Humanos será incorporada ao Desenvolvimento Social, resultando no Ministério da Família.

O senador Magno Malta (PR-ES), que não foi reeleito, é cotado para assumir o cargo. Lorenzoni entregou os nomes dos primeiros 22 integrantes da equipe de transição para o atual ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. O presidente eleito pode indicar 50 nomes. Lorenzoni não informou quais foram estes nomes escolhidos e disse que as informações serão divulgadas no Diário Oficial da União.

Os indicados ainda precisam passar por uma avaliação da Subchefia para Assuntos Jurídicos para verificar se apresentam algum tipo de impedimento para assumir cargo público. Segundo Lorenzoni, coordenador da transição, o presidente eleito viajará na próxima semana para um encontro com o presidente Michel Temer. Conforme apurou o Estado, diferentemente de governos anteriores, a equipe de transição não será composta por nomes ministeriáveis, mas apenas por técnicos que darão suporte aos escolhidos. / COLABORARAM JULIA LINDNER, IDIANA TOMAZELLI, VERA ROSA e CAMILA TURTELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/11/2018

Seção: Economia

Autor: MÁRCIA DE CHIARA, GUSTAVO PORTO, HERTON ESCOBAR

Título: Fusão de ministérios divide agronegócio

Após repercussão negativa, futuro ministro disse que Bolsonaro ‘não bateu o martelo’

A fusão do Ministério da Agricultura com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), anunciada anteontem pela equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro, dividiu os representantes do agronegócio. Enquanto sojicultores avaliam positivamente a fusão, lideranças da agroindústria e também o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, criticaram a decisão.

Depois da repercussão negativa, o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, declarou, ontem à noite, que “o presidente ainda não bateu o martelo” sobre a fusão. Foi o próprio Lorenzoni que anunciou a união das pastas no dia anterior. “Ele está analisando mais de um desenho de organização de ministérios. O que tem é o conceito: de 29 pastas vai cair para 14, 15 ou 16”, disse.

Lideranças do agronegócio como a Confederação Nacional da Agricultura, a Abiec, que reúne os exportadores de carne, e a Abiove, que representa a indústria processadora de soja, não quiseram se manifestar sobre a integração das duas pastas. O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Marcelo Vieira, disse, por meio de nota, “que é preciso mais detalhes de como será feita a fusão para avaliar as consequências para o agronegócio”.

Já Maggi, em viagem aos Emirados Árabes, lamentou a decisão que, segundo ele, trará prejuízos ao agronegócio, muito cobrado pelos países da Europa pela preservação ambiental. “Vejo essa decisão com restrição, principalmente em relação ao comércio internacional”, afirmou o diretor executivo da Associação Brasileira do Agronegócio, Luiz Cornacchioni.

Ele explicou que o MMA é um órgão regulador e o da Agricultura é regulado pelo Meio Ambiente. Com a fusão, ele teme que o Ministério da Agricultura se sobreponha ao MMA. O que estaria em risco, disse, são exportações anuais de US\$ 100 bilhões do agronegócio, que sustentam a balança comercial. Já Bartolomeu Braz Pereira, presidente da Aprosoja Brasil, que reúne os produtores, acredita que a fusão vai simplificar muitas coisas, como o excesso de burocracia que leva à “propinagem”.

“As ONGs estão impregnadas no Ministério do Meio Ambiente. Há ideologias de pessoas que acham que são protetoras do meio ambiente, mas quem protege o meio ambiente são os produtores.” Entre as desvantagens da fusão, Felipe Serigati, pesquisador do Centro de Estudos do Agronegócio da FGV, apontou o fato de que muitos assuntos tratados pelo MMA são transversais ao agronegócio, mas o setor não tem experiência para tratá-los.

Maggi também faz essa ponderação e disse que o MMA cuida de questões que não são ligadas ao agronegócio, como energia, infraestrutura, mineração e petróleo.

Meio ambiente.

Para especialistas da área ambiental, a fusão é ruim para ambas as pastas, com risco de perdas irreparáveis para a conservação e uso sustentável do patrimônio natural do País.

“É lamentável que isso esteja indo adiante”, disse a advogada Brenda Brito, pesquisadora associada ao Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. “O Brasil tem o maior patrimônio ambiental do planeta. Só isso já justifica a existência do MMA.” “É uma ignorância completa. O Brasil tem muito a perder”, disse o pesquisador Britaldo Soares, da UFMG, que estuda o desmatamento do Cerrado e da Amazônia. Segundo ele, a sinalização dada é que a proteção do meio ambiente não será prioridade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2018

Seção: Empresa

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Inadimplência do GSF recua em R\$ 3 bi

A derrubada de duas liminares na Justiça vai reduzir a inadimplência relacionada ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) em R\$ 3 bilhões na liquidação das operações do mercado de curto prazo de setembro, que será concluída na próxima semana. Com isso, o montante travado por liminares deve recuar a R\$ 6,8 bilhões, disse ao Valor o presidente do conselho da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri.

Nas últimas semanas, o governo e a CCEE tiveram sucesso em derrubar duas liminares. A primeira, que beneficiava as usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), perdeu totalmente sua validade. Outra decisão derrubou os efeitos futuros de uma liminar que protegia os associados da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), com efeito retroativo a fevereiro deste ano.

Se as decisões continuassem vigentes, a inadimplência relacionada ao GSF, que estava em R\$ 8,8 bilhões em agosto, subiria para R\$ 9,8 bilhões na operação de

setembro, que será concluída no dia 8 de novembro. Com a operacionalização das decisões, a CCEE espera que esse total travado por liminares caia para R\$ 6,78 bilhões ao fim dessa próxima liquidação.

CCE aposta que mudança no cenário aumenta chance de acordo com geradores para acabar com guerra de liminares

A liminar da Apine, vigente desde julho de 2015, é a principal na judicialização do GSF, uma vez que os principais geradores hidrelétricos com contratos no mercado livre são seus associados, como o caso da China Three Gorges (CTG).

Da redução de R\$ 3 bilhões na inadimplência do GSF, os associados da Apine são responsáveis por R\$ 2,4 bilhões. As empresas, contudo, vão desembolsar um montante muito menor, da ordem de R\$ 120 milhões. As usinas do Proinfa pagarão R\$ 340 milhões.

Segundo Altieri, a diferença decorre do processo de contabilização do mercado de curto prazo de energia, que permite uma compensação contábil entre a posição credora e a posição devedora dos agentes.

Isso é visto positivamente pela CCEE, pois a situação financeira dos agentes não será prejudicada com a operação. Os riscos de inadimplência real quanto ao pagamento desses montantes também são considerados baixos.

"O que é importante agora é a sinalização para o futuro. O cenário muda rapidamente, e a inadimplência tende a crescer pouco a partir de agora", disse Altieri. Segundo ele, apenas Light e Chesf (controlada da Eletrobras) são empresas de grande porte ainda protegidas integralmente por liminares da exposição ao GSF.

As negociações de um acordo com o geradores, para que abram mão das liminares, também muda de figura. "Acho que os geradores vão ponderar isso. Na minha leitura, a possibilidade de um acordo ficou mais forte", disse Altieri. Segundo ele, as hidrelétricas serão obrigadas agora a "sair da zona de conforto" devido à falta de uma proteção futura para a exposição ao GSF.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs um acordo aos geradores, baseada na compra de energia de reserva como proteção para o risco hidrológico, sem resolver o problema passado. A recepção entre as empresas, contudo, foi ruim, e uma contraproposta deve ser apresentada em nova reunião na segunda-feira.

Paralelamente, o governo segue tentando aprovar no Congresso uma nova lei que resolva o problema do risco hidrológico de forma retroativa. Ontem, a comissão de infraestrutura (CI) do Senado aprovou o Projeto de Lei do Senado

(PLS) 2019/15, que incluiu uma emenda para resolver a judicialização do GSF. Na prática, as despesas relativas ao déficit das hidrelétricas no mercado de curto prazo seriam pagas pelos geradores, que abririam mão das liminares. Em contrapartida, a alteração legal propõe a extensão das concessões das hidrelétricas de forma proporcional ao GSF causado por motivos não hídricos, como despacho de termelétricas fora da ordem de mérito, atraso em transmissão de projetos e importação de energia. Essa é a solução preferida pelos geradores, e foi exaustivamente debatida entre os agentes e a CCEE..

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Título: Comissão do Senado aprova multa para corte de energia

A Comissão de Infraestrutura do Senado Federal aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei que estabelece multa para as distribuidoras de energia elétrica que interromperem a prestação do serviço sem que a causa seja falta de pagamento do usuário ou falha nas instalações do próprio consumidor. O texto ainda incluiu "jabutis" sobre o risco hidrológico (GSF) e a construção de um gasoduto.

O projeto é do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) e tramita de forma conclusiva nas comissões da Casa. Ao fim da sessão, Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo no Senado e relator do projeto, afirmou que a informação da secretaria legislativa era de que o projeto seria dado como aprovado, mas o presidente da comissão, Eduardo Braga (MDB-AM), informou que a proposta ainda terá que passar pelo plenário.

Pelo projeto original, a distribuidora que interromper o serviço de energia elétrica terá que pagar multa para o consumidor quando "for superado o valor limite de indicadores de qualidade do serviço prestado". A multa será estabelecida depois, por regulamento, e poderá ser paga em até três meses com créditos na fatura ou em espécie.

O relator acolheu três emendas dos senadores que ampliaram, e muito, o escopo do projeto, que saiu de uma página para nove.

Uma das emendas, do senador Wilder Moraes (DEM-GO), propõe mudanças na legislação sobre o chamado risco hidrológico, com a prorrogação das concessões dos geradores de energia elétrica para compensar gastos adicionais

nos períodos de pouca chuva. O prazo exato será calculado de acordo com os valores devidos, segundo o projeto.

Essa emenda, se mantida, evitará um problema financeiro para a Cemig, que pode ser obrigada a ressarcir a União pelos ganhos apurados com a exploração de hidrelétricas mantidas por ela com base em decisões judiciais entre 2013 e 2017.

A estatal mineira recusou a renovação antecipada de concessões de geração e manteve a operação das hidrelétricas São Simão, Miranda e Jaguara até 2017 por meio de decisões judiciais. A companhia alegava ter direito a uma renovação automática das concessões por 20 anos.

Durante esse período, as usinas ficaram descontratadas e tiveram a energia vendida no mercado livre. A Cemig teve lucros expressivos com isso. Depois de devolvidas as concessões, que foram relicitadas, a União passou a cobrar pelos ganhos.

O texto de Raupp determina que a União será "ressarcida mediante quitação de débitos do agente de geração" e que, se a empresa continuou como concessionária do meio de novo contrato de concessão, os valores devidos serão pagos com a extensão de prazos das novas concessões".

A última emenda acolhida, do senador Otto Alencar (PSD-BA), direciona para a construção de gasodutos no Brasil parte dos recursos que serão arrecadados com a venda da cessão onerosa do pré-sal. (Colaborou Camila Maia, de São Paulo).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/11/2018

Seção: Política

Autor: Cristiane Agostine e Andre Guilherme Vieira

Título: Bolsonaro terá no máximo 17 ministros e convida Moro

O futuro vice-presidente, general Hamilton Mourão, disse ontem ao Valor que não ocupará nenhum ministério. O número de pastas será mesmo reduzido drasticamente, de 29 para, no máximo, 17. Entre os que devem permanecer estão Casa Civil; Economia, uma fusão de Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Defesa; Agricultura, talvez reunindo o Meio Ambiente; Saúde; Ciência e Tecnologia, que será responsável pelo ensino

superior; Educação, agregando Esportes e Cultura; Trabalho; Minas e Energia; Justiça, que seria unificada com Segurança; Integração Nacional, unindo Cidades e Turismo; Transportes e Infraestrutura; Gabinete de Segurança Institucional; Assistência Social; e Relações Exteriores. Ainda não há definição sobre a manutenção desse status para a Secretaria-geral da Presidência, a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Transparência.

Mourão participou, na terça-feira, da primeira reunião da equipe de assessores com Bolsonaro, no Rio. Até agora, foram definidos apenas quatro ministros: o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS) na Casa Civil; o economista Paulo Guedes para a Economia, o general Augusto Heleno na Defesa e o astronauta Marcos Pontes, tenente-coronel da reserva, para o Ministério da Ciência e Tecnologia. O juiz da Lava-Jato em Curitiba, Sergio Moro, se encontrará hoje com Bolsonaro, às 9h, para conhecer detalhes do convite para ocupar a pasta da Justiça.

Pessoa próxima a Paulo Guedes disse que a permanência de Ilan Goldfajn na presidência do Banco Central depende de "demonstração de vontade". Segundo a fonte, Guedes tem dito que considera "uma feliz coincidência" o fato de Goldfajn ter entrado no meio de um mandato presidencial, estando, portanto, há dois anos no cargo. O novo governo deve propor a independência do BC e a fixação de mandato de quatro anos para seu titular, não coincidente com o do presidente da República.

MME / ASCOM .